

## Investimento Directo Estrangeiro e Desenvolvimento Humano em África

José Caetano<sup>1</sup> e Aurora Galego<sup>2</sup>

Universidade de Évora e CEFAGE-UE

PORTUGAL

### RESUMO

A literatura empírica sobre a avaliação dos impactos dos fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE) no crescimento económico dos países de destino sugere que estes sejam significativos. No entanto, crescimento económico nem sempre é sinónimo de uma melhoria do bem-estar e das condições de vida da população o que motiva o estudo sobre o impacto do IDE no desenvolvimento humano. Este aspecto tem sido pouco abordado na literatura, embora seja uma questão cada vez mais relevante. Assim, o objectivo deste estudo é investigar os efeitos do IDE no índice de desenvolvimento humano (IDH) nos países de baixo e médio rendimento e em particular nos países africanos. Para tal, utilizamos um modelo de dados de painel aplicado a um conjunto alargado de países no período de 2000-2006 para testar o impacto do IDE no IDH, usando ainda outras variáveis explicativas de controlo. Os resultados revelam a existência de um efeito positivo e significativo do IDE no desenvolvimento humano.

**Palavras-chave:** Investimento Directo Estrangeiro, Desenvolvimento humano, dados de painel, países em Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Professor Associado, Morada: Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFAGE-UE, Largo dos Colegiais 2, 7000-803 Évora, Portugal. Tel. + 351 266 740 894, Fax. +351 266 742 494, Email: [jcaetano@uevora.pt](mailto:jcaetano@uevora.pt)

<sup>2</sup> Professora Associada. Morada: Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFAGE-UE, Largo dos Colegiais 2, 7000-803 Évora, Portugal. Tel. + 351 266 740 894, Fax. +351 266 742 494, Email: [agalego@uevora.pt](mailto:agalego@uevora.pt)

## 1. Introdução

Até à década de noventa a teoria tradicional assumia que o desenvolvimento humano decorria directamente do ritmo de crescimento económico. Porém, esta hipótese tem vindo a ser frequentemente questionada, admitindo-se que o desenvolvimento dos países depende de outros factores não económicos, como a disponibilidade e o acesso à saúde e à educação. Esta crítica implícita ao uso do PNB per capita, vem reconhecer, que os indicadores de desenvolvimento devem ser entendidos num sentido mais abrangente, pois aquele indicador como dimensão única para aferir o grau de desenvolvimento revela-se deveras restritivo, pois não tem em conta a eventual desigualdade existente na repartição social dos rendimentos. Assim, o *índice de desenvolvimento humano* (IDH) regularmente publicado pelo PNUD tem adquirido crescente importância nas análises que pretendem avaliar o real progresso económico e social dos países.

Em consequência, o objectivo último do desenvolvimento económico aparece cada vez mais associado ao desenvolvimento humano, reconhecendo-se que o crescimento económico nem sempre é sinónimo de melhoria do bem-estar e das condições de vida da população. Tal conclusão, levou a que a discussão teórica crescimento *versus* desenvolvimento tenha sido renovada e recentrada por contributos que associam os níveis de desenvolvimento humano à sustentabilidade económica.

Em virtude desta alteração conceptual, verificou-se uma exuberância de abordagens empíricas no sentido de testar se alguns dos tradicionais determinantes do crescimento económico, também influenciam de forma significativa o desenvolvimento humano. Neste quadro, o estudo do impacto dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) no desenvolvimento humano afigura-se também uma questão relevante, em virtude da real dimensão que tais fluxos vêm assumindo nas décadas mais recente. Contudo, esta questão tem sido ainda muito pouco abordada na literatura empírica.

Nestes termos, o propósito do estudo é averiguar os efeitos do IDE no desenvolvimento humano dos países menos desenvolvidos, em especial os africanos, o que nos parece cabalmente justificado pelo facto de aqueles países não terem revelado grande capacidade de atracção de IDE e apresentarem reduzidos níveis de desenvolvimento económico e social. De facto, em África, apesar do IDE ter vindo a crescer de forma

continuada nos últimos anos<sup>3</sup>, o peso deste continente no total dos fluxos do IDE não foi além de 3% em 2007, do que resulta para a maioria das economias africanas uma performance de atractividade de IDE inferior às dos países emergentes da Ásia e da América Latina, por exemplo.

No sentido de testar a hipótese de os fluxos de IDE terem um impacto positivo no desenvolvimento humano, utilizaremos um modelo de dados de painel que relaciona aquelas dimensões, usando ainda outras variáveis de controlo. Relativamente a análises anteriores sobre o assunto consideramos um conjunto mais alargado de países e um período mais recente (2000-2006). Para além disso, analisamos as consequências nas estimativas do impacto do IDE da possível existência de uma relação causal inversa (ou seja, de uma possível influência do desenvolvimento humano na atracção do IDE). Desta forma, esperamos contribuir para um maior conhecimento dos efeitos que o IDE tem ao nível do desenvolvimento dos países em geral e dos menos desenvolvidos em particular.

O resto do documento está estruturado da seguinte forma. Na secção 2 revemos brevemente a fundamentação teórica e a literatura empírica sobre a relação IDE, crescimento económico e desenvolvimento humano, enfatizando o facto de existirem escassas referências neste último domínio. Na secção 3 apresentaremos uma análise preliminar dos dados e das variáveis utilizadas na modelização econométrica. A secção 4 expõe a abordagem econométrica aplicada e discute os resultados do modelo. Na secção 4 apresentamos a conclusão e avaliamos eventuais alternativas para prosseguir a investigação sobre o assunto.

## **2. Breve Revisão da Literatura sobre o Desenvolvimento Humano e o IDE**

O IDE ocorre quando um investidor com base num dado país (de origem ou emissor), adquire ou cria uma empresa em outro país (de destino ou receptor) com a intenção de desenvolver uma dada actividade económica. Com base em vários estudos (Baumüller, 2009, apresenta uma boa síntese da literatura), verifica-se que o IDE tem contribuído para o crescimento dos países por três vias principais: (a) enquanto fonte de capitais

---

<sup>3</sup> De acordo com os dados do World Development Report, a taxa de crescimento anual média do IDE em África foi de 24,4% entre 2000 e 2006.

permanentes, pois exerce um efeito directo sobre o ritmo de acumulação de capital; (b) reforçando a inserção dos países de destino nas redes internacionais de comércio e permitindo a integração das empresas domésticas em cadeias globais de aprovisionamento e de produção; (c) promovendo directamente e incentivando indirectamente a transferência de tecnologias, o que estimula o aumento do capital humano e contribui a prazo para a melhoria da produtividade factorial.

Deste modo, as empresas multinacionais constituem uma das fontes essenciais de recursos financeiros, tecnológicos e organizacionais para os países, revelando-se os fluxos de IDE um mecanismo importante na provisão daqueles recursos, em especial nos países menos desenvolvidos.

Os estudos do impacto do IDE têm-se focalizado na relação com o crescimento e o desenvolvimento económico, muitas vezes com resultados contraditórios. A investigação recente parece sugerir a existência de impactos positivos do IDE no crescimento económico dos países de destino (Sharma e Abekah, 2008 e Alfaro *et.al.*, 2007), os quais dependem bastante da especificidade dos países. Adicionalmente, os efeitos do IDE nos países em desenvolvimento não parecem ser superiores aos originados pelo investimento doméstico (Mutenyo, 2008).

Não obstante os resultados das análises empíricas não serem suficientemente robustos, parece haver um crescente reconhecimento nos países desenvolvidos e em desenvolvimento de que os capitais externos privados constituem uma componente essencial das estratégias de desenvolvimento dos países, assumindo-se como um importante complemento dos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento.

O quadro teórico de base sobre a interacção entre IDE e desenvolvimento humano está profusamente fundamentado na literatura sobre o crescimento económico. As contribuições teóricas sobre o crescimento endógeno, lideradas por Romer (1986) e Lucas (1988), fornecem estimulantes visões sobre a conceptualização do capital humano, enquanto determinante do processo de crescimento económico. Mais recentemente estas teorias focalizaram o seu interesse no papel do capital humano no crescimento, facultando evidência provada de que a tecnologia<sup>4</sup> e o capital humano

---

<sup>4</sup> Também o progresso tecnológico parece ter uma influência significativa sobre o desenvolvimento económico dos países, pois como Solow (1956) salientou o progresso tecnológico é a principal força-motriz do um crescimento económico sustentado.

desempenham papel relevante no processo de desenvolvimento (Barro, 1991, e Easterly, *et. al.*, 1994).

Em outro sentido, os trabalhos de Sen (1998) sobre o bem-estar sublinham a influência de algumas variáveis socioeconómicas na melhoria geral da qualidade de vida dos indivíduos, como por exemplo o acesso à saúde e à educação, focalizando a atenção em novas abordagens do desenvolvimento humano. Assim, os conceitos de desenvolvimento económico e de desenvolvimento humano aparecem cada vez mais ligados, motivando que a discussão teórica sobre crescimento *versus* desenvolvimento tenha vindo a ser modelada e fundamentada em novos contributos, como é o caso de Anand e Sen (2000) que procuram relacionar os níveis de desenvolvimento humano com a robustez da base económica dos países.

De facto, há um crescente entendimento de que a melhoria do bem-estar dos países menos desenvolvidos deve ser também uma preocupação de responsabilidade social das empresas estrangeiras, a qual deve ser considerada nas suas estratégias de abordagem dos mercados e nos respectivos planos de investimento. Deste modo, começa também a emergir o interesse pelas análises de impacto do IDE nos domínios mais associados ao desenvolvimento humano dos países receptores de tais fluxos.

Várias análises têm sido realizadas sobre os efeitos do crescimento económico nas condições de vida da população, na pobreza e na desigualdade, denotando, no entanto, alguma ambiguidade nos resultados, como reconhecem expressamente Colen, *et. al.*, 2008. De facto, alguns estudos (Agénor, 2004 e Milanovic, 2002) mostram que o papel do IDE tem sido crucial para estimular a redução da pobreza nos países em desenvolvimento, embora alguns autores (por exemplo, NunnenKamp, 2004) sustentem que estes resultados estão sobrestimados devido a deficiências na especificação dos modelos, à inadequação das variáveis usadas e à fraca qualidade da informação estatística.

À medida que o desenvolvimento começou a ser associado ao alargamento das opções da população em relação ao provimento de recursos que afectam a sua qualidade de vida, foi aumentando o interesse pelo estudo da relação entre crescimento económico e desenvolvimento humano, estando a pesquisa largamente ancorada no estudo de Ranis *et. al.*, 2000. Duas questões têm preocupado a literatura relevante sobre o assunto: por um lado, a busca dos determinantes do crescimento económico, baseados nas teorias

clássicas e nos mais recentes modelos do crescimento e, por outro, a forma de medição do desenvolvimento económico, incluindo aqui os indicadores e os determinantes do desenvolvimento humano.

Naturalmente que a eventual interacção entre fluxos de IDE e níveis de desenvolvimento humano é intuitiva, podendo assumir uma relação biunívoca, pois cada uma destas variáveis pode beneficiar e, simultaneamente, ser estimulada pela outra. De facto, enquanto, por um lado, o IDE pode ser considerado como promotor de crescimento económico e, em consequência, de melhoria das condições de vida das populações, por outro, um nível de desenvolvimento humano superior e a consequente melhoria da qualificação da população pode estimular a atracção de novos fluxos de IDE (Baliamoune-Lutz e Ju, 2009), gerando um ciclo virtuoso de causa-efeito.

É neste contexto que, num dos raros estudos até ao momento realizados especificamente sobre o assunto, Sharma e Gani (2004) testam o impacto do IDE no desenvolvimento humano dos países de médio e baixo rendimento no período 1975-99, em intervalos de cinco anos, através de um modelo de efeitos fixos, tendo concluído que o impacto foi positivo para os dois grupos de países considerados, embora não significativo. Adicionalmente, os autores referem que os progressos registados ao nível do desenvolvimento humano exerceram também um efeito estimulante sobre a atracção de novos fluxos de IDE, indicando a existência de um processo de causalidade circular entre aquelas variáveis.

O presente estudo procura, assim, preencher um vazio na literatura empírica dos efeitos do IDE sobre o desenvolvimento dos países receptores do investimento, através da análise específica de um dos aspectos de maior relevo no contexto de globalização acelerada da economia mundial, não obstante ter sido algo negligenciado pela investigação até ao momento.

### **3. Análise preliminar dos dados**

Antes de apresentar os aspectos metodológicos que fundamentam este trabalho de investigação vamos fazer uma breve referência aos dados utilizados, assim como uma

análise empírica das tendências fortes observadas no IDE e do nível de desenvolvimento no período estudado<sup>5</sup>.

Na análise da relação entre o IDE e o nível de desenvolvimento humano, consideramos como variável representativa do IDE o *índice de performance do IDE* (inward FDI performance index) disponibilizado anualmente pela UNCTAD, o qual classifica os países pelo volume relativo de IDE que recebem, ponderado pela sua dimensão económica no contexto mundial. O índice tem uma base trienal, no sentido de minimizar a eventual volatilidade inter-anual dos valores, e pretende captar a influência de outros factores que não a exclusiva dimensão do mercado na atracção de IDE<sup>6</sup>, sendo cada vez mais considerado nas abordagens empíricas.

Como variável de medida do desenvolvimento optamos pelo *índice de desenvolvimento humano* (IDH), indicador fornecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este é um indicador compósito que cobre três dimensões cruciais do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso à educação e condições de vida condignas. Estas dimensões são medidas pela esperança de vida à nascença, o grau de alfabetização entre os adultos e a escolarização nos níveis de ensino primário, secundário e superior, bem como o PIB *per capita* medido em Poder de Paridade de Compra (PPC em US\$). Embora o conceito de desenvolvimento humano tenha uma dimensão mais lata, difícil de incorporar num só índice qualquer que este seja, o IDH representa uma alternativa sólida ao PIB *per capita* enquanto medida sumária do bem-estar humano, daí o seu uso frequente em estudos comparativos de países.

Para além do IDH, introduziram-se variáveis de controlo de carácter económico, como a taxa de crescimento do PIB e o grau de abertura, medido pelo rácio entre o comércio externo (exportações mais importações) e o PIB. Consideram-se igualmente variáveis representando aspectos de enquadramento regulamentar, institucional e político que podem influenciar de forma decisiva o nível de desenvolvimento humano de um país, como a estrutura legal e os direitos de propriedade (*quadro legal*) e a estabilidade

---

<sup>5</sup> A definição das variáveis utilizadas neste estudo e fonte dos dados são apresentadas em anexo.

<sup>6</sup> O *índice de performance do IDE* hierarquiza os países pelo volume de IDE recebido e capta a influência nos fluxos de IDE dos factores que condicionam a atractividade do país para os investidores externos. Os factores podem ser muito diferentes, indo desde a dimensão do mercado, o enquadramento jurídico-legal da economia, a estabilidade político-económica, a dotação em recursos naturais e em infraestruturas, as competências no domínio das tecnologias, as oportunidades de participação em programas de privatização, ou ainda a eficiência das actividades de promoção do investimento externo.

política e ausência de violência ou conflitos (*estabilidade*). Relativamente ao impacto esperado destas variáveis, é expectável que qualquer delas evidencie um efeito positivo no IDH.

O estudo concentra-se no período de 2000 a 2006 envolvendo um número elevado de países, tendo a escolha dos países da amostra e a dimensão temporal da análise sido condicionada pela disponibilidade de dados. Na abordagem econométrica concentramos a nossa atenção nos países de baixo e médio rendimento<sup>7</sup>. Os países com elevado rendimento não foram considerados dadas as reservas que anteriores estudos apontam em relação à utilização simultânea de países ricos e pobres em estudos empíricos sobre o IDE (por exemplo Blonigen e Wang, 2005).

Apesar do estudo econométrico se concentrar nos países de baixo e médio rendimento vamos nesta secção realizar uma sucinta análise comparativa das variáveis entre os diferentes tipos de países, incluindo aqui os de elevado rendimento. As médias e desvios padrão das variáveis podem ser vistos no quadro 1.

Observando a evolução do indicador do IDE, no que respeita aos valores médios do Índice no período tratado<sup>8</sup> registamos que os países de alto rendimento (PAR) e de médio rendimento (PMR) revelaram uma maior atractividade de IDE face aos países de baixo rendimento (PBR), sendo que o valor destes foi cerca de 11% inferior à média<sup>9</sup>. No que respeita à repartição dos 122 países pelos vários continentes registamos que a África apresenta o menor valor, o qual foi cerca de 30% inferior à média, enquanto a Europa apresentou a melhor posição relativa (38% superior à média).

Procedemos ainda à comparação entre as médias registadas nos sub-períodos 2000-03 e 2004-06 no sentido de aferir a dinâmica temporal. Dos resultados obtidos salientamos que foi nos grupos PMR e PBR que os valores do índice mais cresceram (79,4% e 68,4%, respectivamente), o que permite concluir que os países de médio e baixo rendimento verificaram progressivamente uma maior atractividade face ao IDE. Naturalmente os dados no plano geográfico reflectem esta tendência, dado que ao nível dos continentes se verificou que a Ásia/Oceânia e a África registaram as maiores subidas no indicador ao longo do período tratado.

---

<sup>7</sup> De acordo com a classificação do World Bank.

<sup>8</sup> No caso concreto deste indicador usámos os triénios compreendidos entre 1998/2000 e 2004/2006.

<sup>9</sup> A média dos valores obtidos para as diferentes variáveis que nesta secção apresentamos foi calculada para 122 países (41 PAR, 21 PMR e 60 PBR).



**Quadro 1. Valores médios das variáveis no período 2000-2006**

Países		IDE	IHD	Crescimento PIB	Grau de Abertura	Quadro Legal	Estabilidade
Rendimento	<b>Alto</b>	1,90 (2,03)	0,90 (0,08)	4,29 (2,93)	84,32 (61,17)	7,43 (1,57)	0,70 (0,70)
	<b>Médio</b>	1,93 (1,39)	0,81 (0,06)	5,40 (3,35)	64,97 (35,60)	5,60 (1,19)	0,13 (0,58)
	<b>Baixo</b>	1,54 (2,07)	0,61 (0,15)	5,40 (3,59)	60,47 (26,30)	4,49 (1,23)	-0,64 (0,75)
	<b>Total</b>	1,73 (1,96)	0,74 (0,18)	5,02 (3,37)	69,38 (44,08)	5,68 (1,88)	-0,04 (0,92)
Continente	<b>África</b>	1,21 (1,02)	0,51 (0,13)	4,71 (2,76)	55,80 (21,02)	4,60 (1,43)	-0,41 (0,79)
	<b>América Norte e Centro América Sul</b>	1,93 (1,25)	0,79 (0,10)	4,40 (2,88)	59,93 (19,81)	5,39 (1,78)	0,02 (0,61)
	<b>Ásia/Oceânia</b>	1,61 (1,03)	0,80 (0,05)	4,68 (4,08)	48,89 (28,24)	4,39 (1,30)	-0,45 (0,82)
	<b>Europa</b>	1,42 (1,85)	0,76 (0,14)	6,17 (2,94)	86,32 (71,06)	5,80 (1,73)	-0,32 (0,95)
	<b>Total</b>	2,39 (2,74)	0,89 (0,07)	4,67 (3,90)	76,22 (31,28)	6,99 (1,67)	0,59 (0,78)
	<b>Total</b>	1,73 (1,96)	0,74 (0,18)	5,02 (3,37)	69,38 (44,08)	5,68 (1,88)	-0,04 (0,92)

A fonte dos dados encontra-se em anexo.

Nota: Entre parêntesis estão os erros padrão.

Os valores médios do IDH no período 2000-2006 revelam que os PAR apresentam um valor superior à média em cerca de 21,5%, enquanto os PBR registam um valor inferior àquela média em 18,3%. Também ao nível dos continentes verificamos que África e Europa estão nos pólos opostos, ficando cerca de 30,8% e 19,5% abaixo e acima da média, respectivamente. No que respeita à dinâmica verificada entre os dois triénios considerados, assinalamos que os maiores progressos no índice ocorreram nos PBR e PMR, enquanto nos PAR o valor médio regrediu ligeiramente. Assim, os maiores progressos do IDH ocorreram na Ásia/Oceânia e em África, permitindo concluir que as assimetrias em termos de desenvolvimento humano se terão reduzido ao longo do período tratado, ainda que de forma pouco significativa.

Quanto ao grau de abertura comercial verificamos que os PAR é o grupo de países mais aberto ao comércio internacional (38% superior à média), enquanto os PBR apresentaram o valor mais baixo (40% inferior à média). A América do Sul e a África são os continentes menos expostos ao comércio externo, ao invés da Ásia/Oceânia que apresentaram o maior grau de abertura.

No que respeita à taxa de crescimento do PIB observamos que os valores registados pelos PMR e PBR foram significativamente superiores aos verificados nos PAR, tendo os países da Ásia/Oceânia apresentado valores superiores aos dos restantes continentes, sendo mesmo o único que registou uma diferença positiva face à média global. Naturalmente que as elevadas taxas de crescimento económico dos países emergentes da Ásia, como a China e a Índia, justificam aqueles valores.

No índice relativo à estrutura legal e direitos de propriedade, os valores médios registados pelos grupos de países tratados mostram que os PAR têm um valor claramente superior à média (cerca de 30,6%), estando na posição oposta os PBR com um valor cerca de 21% abaixo dos valores médios. Na expressão do indicador pelos vários continentes verifica-se que a Europa regista um valor francamente superior aos restantes, enquanto a América do Sul e África são os continentes com valor mais reduzido.

Finalmente, o índice que avalia a estabilidade política e ausência de conflitos mostramos que os PAR têm uma posição nitidamente superior à dos restantes grupos, em especial quando comparamos com os PBR. No que respeita aos valores registados pelos vários continentes verifica-se que a Europa teve os valores mais favoráveis, bastante superiores aos outros países, enquanto a América do Sul e África foram novamente os continentes com valor mais reduzido.

Em suma, não obstante a elevada dispersão dos valores nos vários indicadores, reflexo da diversidade de países inseridos nos vários grupos de rendimento e nos distintos contextos geográficos, cremos que há alguns elementos estruturais que importa reter. Em primeiro, os níveis de desenvolvimento humano revelam-se bastante heterogéneos em termos mundiais, sendo especialmente notório o fosso existente entre os países de África/América Latina e Europa/América do Norte. Em segundo, no que respeita à atracção de IDE tem-se verificado a emergência de países inseridos no escalão de médio rendimento que se transformaram em destinos muito procurados pelos investidores,

onde sobressaem alguns países da Ásia, América do Sul e também do Norte de África. Finalmente, assinalamos uma tendência quase generalizada de reforço da estabilidade política e de consolidação de um enquadramento legal favorável à actividade empresarial e à garantia dos direitos de propriedade, o que parecem ter estimulado os fluxos de IDE.

#### 4. Metodologia empírica e resultados

Sendo importante considerar possíveis efeitos não observados específicos de cada país e que possam estar correlacionados com o nível de desenvolvimento humano a metodologia de dados de painel revela-se mais adequada do que a que se baseia em dados seccionais. Desta forma, estimamos um modelo de dados de painel para o período de 2000-2006, considerando na amostra 81 países de baixo e médio rendimento, incluindo 30 estados Africanos.

O nosso modelo é então:

$$IDH_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDE_{it-1} + \beta_2 PIBcresc_{it} + \beta_3 \ln(abertura)_{it} + \beta_4 Quadrolegal_{it} + \beta_5 estabilidade_{it} + a_i + \varepsilon_{it}$$

onde  $a_{ij}$ , representa o efeito fixo não observável (que representa os factores específicos de cada país que são constantes ao longo do tempo) e  $\varepsilon_{it}$  é o erro estocástico remanescente. Na especificação do modelo, considerámos desfasamentos temporais entre o valor do indicador de performance do IDE e o impacto no IDH<sup>10</sup>. Pensamos que a utilização de desfasamentos é mais adequada para representar o possível efeito desta variável no desenvolvimento humano, já que este não será imediato. Por outro, dada a elevada volatilidade dos fluxos de investimento o indicador de performance da UNCTAD permite ultrapassar esta questão e dar uma melhor medida da importância relativa de cada país no contexto dos fluxos de IDE em termos mundiais.

De forma a considerar possíveis diferenças entre a generalidade dos países de baixo e médio rendimento e os países Africanos estimámos equações considerando a totalidade dos países e os Africanos separadamente. Para podermos testar se existem diferenças significativas no impacto do IDE sobre o nível de desenvolvimento humano,

---

<sup>10</sup> O indicador é medido para cada triénio, o que significa que estamos a considerar os três anos anteriores ao valor do IDH.

consideramos igualmente uma outra especificação em que introduzimos um termo de interacção entre o IDE e uma “dummy” para Africa (AFRICA é igual a um se o país pertence ao continente Africano).

No sentido de ter em conta a possível correlação entre os efeitos fixos não observáveis e os regressores, considerou-se um modelo de efeitos fixos assegurando assim a consistência dos estimadores. De forma a corrigir problemas de heteroscedasticidade foram calculados erros padrão robustos.

Nas equações consideradas é possível que o IDE seja uma variável endógena, já que estudos anteriores têm identificado uma relação de causalidade inversa entre o IDE e o crescimento económico e até com o nível de desenvolvimento humano. Dado que no nosso modelo se introduzem valores temporalmente desfasados de IDE, a possibilidade de endogeneidade é menor. Ainda assim, consideramos igualmente a possibilidade de endogeneidade utilizando o estimador de variáveis instrumentais<sup>11</sup>.

As estimativas obtidas para as diferentes especificações testadas encontram-se no quadro n.2. Como esperado, o crescimento do PIB e em especial o grau de abertura parecem ter um papel importante no estímulo ao nível de desenvolvimento humano dos países.

A variável representando a estrutura legal e os direitos de protecção da propriedade apresenta um efeito positivo e é altamente significativa em praticamente todas as especificações, com excepção da formulação que considera apenas os países Africanos. Pelo contrário, a estabilidade política e ausência de conflitos, para além de negativa, apenas na última formulação (no caso da estimação com variáveis instrumentais) é significativa a 5%.

---

<sup>11</sup>Usámos valores desfasados das diferenças das variáveis originais como instrumentos.

**Quadro 2: Determinantes do Desenvolvimento Humano  
Modelo de Efeitos Fixos**

Variável	MMQ			Variáveis Instrumentais <sup>(a)</sup>
	<i>Africa</i>	<i>Todos os Países</i>		<i>Todos os países</i>
	<i>Coefficiente (erro padrão)</i>	<i>Coefficiente ( erro padrão)</i>	<i>Coefficiente ( erro padrão)</i>	<i>Coefficiente ( erro padrão)</i>
<i>constante</i>	0.340* (0.056)	0.500* (0.029)	0.491 (0.028)	0.496* (0.025)
<i>PIBcresc</i>	0.001*** (0.0008)	0.001* (0.0003)	0.001* (0.0003)	0.0005 (0.0003)
<i>ln(Abertura)</i>	0.039* (0.0142)	0.030* (0.007)	0.033* (0.007)	0.031* (0.006)
<i>Quadro Legal</i>	0.005 (0.003)	0.005* (0.001)	0.005* (0.001)	0.005* (0.001)
<i>estabilidade</i>	-0.0002 (0.006)	-0.006*** (0.004)	-0.006*** (0.004)	-0.0066** (0.003)
<i>IDE</i>	0.004** (0.002)	0.002* (0.0077)	0.001 (0.0008)	0.0035** (0.002)
<i>IDE*Africa</i>	-----	-----	0.0037** (0.002)	0.009** (0.005)
	F(5,107) =5.70*	F(5,285) =22.21*	F(6,284) =18.85*	Wald $\chi^2$ (6) = 988975.67*
N	142	371	371	371

Notas: A Variável Dependente é o IDH. A definição das variáveis, os países usados e fonte dos dados encontram-se em anexo. (\*), (\*\*) and (\*\*\*) representa valores significativos a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

(a) Teste Sargan para validade dos instrumentos:  $\chi^2 = 2.376$  (Prob>  $\chi^2 = (0.30484)$ )

Analisando finalmente o impacto do IDE podemos verificar que em todas as especificações o mesmo é significativo e positivo. Para além disso, parecem existir algumas diferenças entre os países Africanos e o restante conjunto de países. Embora o valor dos coeficientes desta variável IDE e do termo de interação com Africa se altere na formulação com o estimador das variáveis instrumentais, a tendência das especificações anteriores mantêm-se. De facto, parece haver indícios de que o impacto do IDE em Africa tem sido significativamente maior do que nos restantes países.

Estas conclusões não estão de acordo, na sua totalidade, com resultados anteriores, nomeadamente com os apresentados no referido estudo de Sharma e Ghani (2004), já que, embora estes concluam que o efeito do IDE no desenvolvimento humano foi positivo, os coeficientes não foram significativos. Estas diferenças podem ser essencialmente justificadas por questões de ordem metodológica, tendo em conta algumas alterações introduzidas na nossa modelização. Por um lado, o nosso estudo foca a análise num período de tempo mais recente e considera um número bastante mais alargado de países<sup>12</sup>. Por outro lado, aquele estudo não considera desfasamentos na variável IDE e utiliza como variável explicativa os valores dos fluxos do FDI, que apresentam uma grande instabilidade no seu comportamento. Na nossa abordagem, para além de considerarmos um novo indicador para o IDE, introduzimos desfasamentos nessa variável<sup>13</sup>.

## 5. Considerações finais

A evidência empírica apresentada neste estudo suporta de forma clara a hipótese formulada na introdução deste documento. De facto, tendo em conta a dimensão da amostra e a reconhecida qualidade dos dados usados e dos métodos econométricos aplicados, cremos resultar evidente que no período tratado os fluxos de IDE contribuíram positivamente para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano dos países de destino de tais investimentos.

Os resultados sustentam ainda que a maior abertura dos países em desenvolvimento ao comércio externo, o ritmo de crescimento económico e a melhoria do quadro legal para a actividade empresarial e para a segurança dos direitos de propriedade contribuem de forma positiva para melhorar o desenvolvimento humano. Ao invés, não existe grande evidência de que a variável “estabilidade política e ausência de violência” tenha um impacto positivo sobre esta dimensão.

---

<sup>12</sup> Sharma e Ghani (2004), consideraram 34 países -15 de baixo rendimento e 19 de médio e nós incluímos 81, sendo 60 de rendimento baixo e 20 de rendimento médio.

<sup>13</sup> Estimacões realizadas por nós usando o quociente entre os Fluxos de IDE e o PIB sem desfasamentos revelaram conclusões semelhantes aos de Sharma e Ghani (2004).

No que respeita aos países africanos, os resultados indiciam que os impactos do IDE no desenvolvimento humano foram mesmo significativamente superiores aos registados nos restantes países incluídos no estudo. Este resultado, aparentemente surpreendente, deve estar associado ao facto de a dinâmica de atracção do IDE ter sido mais expressiva no grupo de países de baixo rendimento, onde claramente África tem uma superior representação.

Na realidade, não obstante a heterogeneidade de situações existentes no seio do grupo, os países de baixo rendimento registaram uma dinâmica superior entre os dois triénios nas variáveis relativas à internacionalização das economias (atração de IDE e grau de abertura) e, em simultâneo, uma melhoria mais acentuada no crescimento económico e no índice de desenvolvimento humano, sugerindo que os países menos desenvolvidos têm aproveitado a vaga de globalização para progredir no plano social e económico.

Reconhecemos que as nossas conclusões são mais robustas do que as obtidas em alguns estudos anteriores sobre o assunto, o que, em nossa opinião, radica no facto de termos refinado algumas questões metodológicas na modelização aplicada e nos dados usados e também porque, sendo um estudo muito mais actual, capta de forma mais adequada as recentes dinâmicas da globalização e os seus impactos mais notórios.

Deste modo, cremos que os resultados obtidos são bastante prometedores como ponto de partida para a análise dos factores que influenciam o desenvolvimento humano, designadamente os que se relacionam com a internacionalização das economias menos desenvolvidas. Assim, em termos futuros, a aplicação de novas metodologias, calibradas com dados mais actuais e de proveniência distinta, a inclusão de factores geográficos específicos, a inserção de interacções com outras variáveis e, ainda, o complemento com estudos de caso podem ser relevantes para prosseguir esta investigação.

Finalmente, uma referência para as eventuais implicações destes resultados em termos de políticas públicas. A crescente integração das economias nacionais no mercado mundial parece ser uma condição importante para promover o desenvolvimento humano, o que passa pela definição de um quadro legal estável dos direitos de propriedade, pelo apoio à inserção das empresas nacionais em redes internacionais de produção e de trocas e, fundamentalmente, ao estímulo à melhor qualidade dos recursos humanos. Um progresso sustentado neste domínio será um poderoso estímulo

à atracção de investimento estrangeiro, o qual, no entanto, deverá ser selectivo e devidamente enquadrado nas estratégias nacionais de desenvolvimento.

Ora, as economias africanas, muitas delas ainda num estado incipiente do seu processo de abertura, interna e externa, terão toda a vantagem em definir e implementar de forma expedita estratégias nacionais no sentido de potenciar os efeitos positivos da globalização, em prol do seu desenvolvimento económico e do bem-estar da sua população. Também aqui os resultados obtidos neste estudo podem ser considerados estimulantes.

## Anexo

### A1. Definição das Variáveis e fontes dos dados

Variável	Definicao	Fonte
IDH	Indicador de Desenvolvimento Humano. Inclui tres areas:: (1) esperança de vida à nascença, (2) a alfabetização entre os adultos e a escolarização nos níveis de ensino primário, secundário e superior, (3) o PIB <i>per capita</i> medido em Poder de Paridade de Compra Este indicador varia entre 0 e 1.	Human Development Report  Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
IDE	Indicador de performance do IDE: É o rácio entre o peso do país nos fluxos de IDE globais e o peso no PIB total, isto é: $Performance_i = \frac{IDE_i}{IDE_w} \bigg/ \frac{PIB_i}{PIB_w}$ ( <i>IDE<sub>i</sub></i> são os fluxos de IDE para o país <i>i</i> , <i>IDE<sub>w</sub></i> representa os fluxos do mundo. <i>PIB<sub>i</sub></i> é o PIB do país <i>i</i> e <i>PIB<sub>w</sub></i> o do mundo.) Um valor acima de 1 indica que o país recebe mais IDE do o sua dimensão económica relativa, e abaixo indica que recebe menos.	UNCTAD
Abertura	Grau de Abertura: rácio entre o comércio externo (exportações mais importações) e o PIB , a precos constantes	UNCTAD
PIBcresc	taxa de crescimento anual media do PIB em termos reais.	UNCTAD
Quadro Legal	Legal Structure and Security of Property Rights	FRASER INSTITUTE
Estabilidade	Political Stability & absence of Violence	Governance indicators WORLD BANK



## A2. Países da amostra

AFRICA	AMERICA	ASIA	EUROPE
Algéria	Costa Rica	Bangladesh	Albânia
Benin	Republica Dominicana	China	Croácia
Botswana	El Salvador	Índia	Ucrânia
Camarões	Guatemala	Indonésia	Bulgária
Congo	Honduras	Malásia	Chipre
Costa do Marfim	Jamaica	Myanmar	Látvia
Egipto	México	Nepal	Polónia
Gabão	Nicarágua	Filipinas	Roménia
Gana	Panamá	Republica do Irão	
Quénia	Argentina	Sri Lanka	
Madagáscar	Bolívia	Síria	
Malawi	Brasil (AMS)	Tailândia	
Mali	Chile	Turquia	
Marrocos	Colômbia		
Namíbia	Uruguai		
Níger	Venezuela		
Nigéria			
Republica do Congo			
Ruanda			
Senegal			
Africa do Sul			
Togo			
Tunísia			
Uganda			
Tanzânia			
Zâmbia			

## Referências

Agénor, P. (2004), *Does Globalization hurt the poor?*, International Economics and Economic Policy, Vol. 1 (1): 21-51.

Alfaro, L., Chanda, A., Kalemli-Ozcan, S. e Sayek, S. (2007), *How Does Foreign Direct Investment Promote Economic Growth? Exploring the effects of Financial Markets on linkages*, in Proceedings of the German Development Economics Conference, Research Committee Development Economics, Göttingen. Acedido em: <http://www.hbs.edu/research/pdf/07-013.pdf>.

Anand, S. e Sen, A. (1993), *HD Index: Methodology & Measurement*, HD Report Office Paper N..12 UNDP, New York.

Baliamoune-Lutz, M. e Ju, J. (2009), *FDI and Human Capital: evidence from Chinese provincial data*, Journal of American Society of Business and Behavioral Sciences. Acedido em [http://asbbs.org/files/eJournal\\_2009.pdf](http://asbbs.org/files/eJournal_2009.pdf).

Barro, R. (1991), Economic growth in a cross-section of countries, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 106 (2): 407-443.

Baumüller, H. (2009), *Competing for Business – Sustainable Development Impacts of Investment Incentives in Southeast Asia*, International Institute for Sustainable Development (IISD). Acedido em: [http://www.tradeknowledgenetwork.net/pdf/competing\\_business\\_southeast\\_asia.pdf](http://www.tradeknowledgenetwork.net/pdf/competing_business_southeast_asia.pdf)

Blonigen, B. e Wang M. (2005), *Inappropriate pooling of Wealthy and Poor countries in empirical FDI studies*”, in Theodore H. Moran, Edward M. Graham and Magnus Blomstrom (eds)., *Does FDI promote Development? New Methods, Outcomes and Policy Approaches*, pp.221-244.

Colen, L., Maertens, M. e Swinnen, J. (2008), *Foreign Direct Investment as an Engine for Economic Growth and Human Development: A Review of the Arguments and Empirical Evidence*, LICOS - Centre for Institutions and Economic Performance, Working Paper PAI VI/06-FDI/HD-3. Acedido em: <http://iap6.cpdr.ucl.ac.be/docs/FDI-HD/WP-PAI.VI.06-FDI.HD-3.pdf>.

Easterly, W., King, R, Levine, R. e Rebelo, S. (1994), *Policy, Technology adoption and growth*, NBER Working paper, N. 4681, Cambridge, MA.

Lucas, R. (1988), *On the mechanics of Economic Development*, *Journal of Monetary Economics*, Vol. 22 (1): 3-42.

Milanovic, B. (2005), *Can We Discern the Effect of Globalization on Income Distribution? Evidence from Household Surveys*, *World Bank Economic Review*, Oxford University Press, Vol. 19 (1): 21-44.

Mutenyo, John (2008), *Does Foreign Direct Investment stimulate economic growth in sub-Saharan Africa*, Paper presented at EREC Development Economics Conference, September, University of Sussex, London. Acedido em: [http://www.sussex.ac.uk/economics/documents/mutenyo\\_fdi\\_economic\\_growth\\_sub-saharanafrika.pdf](http://www.sussex.ac.uk/economics/documents/mutenyo_fdi_economic_growth_sub-saharanafrika.pdf).

Nunnenkamp, P. (2004), *To what extent can Foreign Direct Investment achieve international development goals?*, *The World Economy*, Vol. 27 (5): 657-677.

Ranis, G. e Stewart, F. (2000), *Strategies for Success in Human Development*, *Journal of Human Development*, Vol. 1 (1), 49-69.

Romer, P. (1990), *Endogeneous technological change*, The Journal of Political Economy, Vol. 98 (5): 71-102.

Sen, A. (1997), *From Income Inequality to Economic Inequality*, Southern Economic Journal, Vol 64 (2): 384-401.

Sharma, B. e Abekah, J. (2008), *Foreign Direct Investment and Economic Growth of Africa*, International Atlantic Economic Journal , 36, 117–118.

Sharma B. e Gani A., (2004), *The Effects of Foreign Direct Investment on Human Development*, Global Economy Journal, Vol. 4 (2), Article 9.

Solow, R. (1956), *A contribution to the theory of economic growth*, The Quarterly Journal of Economics, Vol. 70 (1): 65-94.